CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

A Tanger Sociedade de Crédito Direto S.A., inscrita no CNPJ sob o número 34.846.868/0001-29, remete ao Banco Central do Brasil as demonstrações financeiras e demais documentos listados abaixo para publicação na Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional em conformidade com a Resolução BCB n° 2 de 12/8/2020.

- Relatório da administração;
- Relatório da Administração sobre os negócios sociais;
- Relatório da Auditoria;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Disposições Gerais;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- Notas Explicativas.

As demonstrações financeiras foram originalmente publicadas no sítio da instituição www.tanger.com.br/scd/demonstracoes e será publicada no Jornal Debate de Lins no dia 30/03/2020.

Declaração de Responsabilidade da Administração

Reconhecemos nossa responsabilidade pela publicação das demonstrações financeiras e demais documentos contidos neste arquivo.
Cumprimos com nossa responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.
Informamos que todas as transações foram registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações financeiras, que os pressupostos significativos utilizados por nós ao fazermos as estimativas contábeis são razoáveis, e que todos os eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras e para os quais exigem ajustes ou divulgação foram ajustados ou divulgados, sendo que os efeitos das distorções não corrigidas são imateriais, individualmente ou de forma agregada, para as demonstrações financeiras como um todo.
Confirmamos que as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, encontram-se nesta data, devidamente aprovadas para fins de divulgação, pelos níveis competentes na administração e foram submetidas à auditoria externa, sendo o relatório parte integrante desta remessa eletrônica para publicação na Central de Demonstrações Financeiras.

Lins/SP, 26 de março de 2021.

_____	_____
Marco Andrei Martins Domingues	Orual Alves Garcia
Diretor Presidente	Contador

TANGER

TANGER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Sumário

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 4
2. DESTAQUES OPERACIONAIS 4
3. DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS 4
4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 4
5. GESTÃO DE RISCOS 4
6. RELATÓRIO DA OUVIDORIA - CANAIS DE ATENDIMENTO 5
7. INDÍCIOS DE ILICITUDES 5
8. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOCIOAMBIENTAL 5
9. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES 5
10. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA 5
11. AGRADECIMENTOS 5
12. BALANÇO PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 6
13. DEMOSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 7
14. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE 7
15. DEMOSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 8
16. DEMOSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 8
17. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 .. 9

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Tanger Sociedade de Crédito Direto S.A. em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta a seus acionistas as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As informações, são expressas em moeda corrente nacional e foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, associadas às normas do Banco Central do Brasil - BCB, quando aplicável.

A Tanger Sociedade de Crédito Direto S.A. é uma empresa de capital fechado, estruturada organizacionalmente para atender ao seu "Core Business", que é trabalhar seus recursos financeiros através de instrumentos devidamente regulamentados, de modo a utilizá-los de forma otimizada, rentável e ética.

Trata-se de um arranjo de pagamento de propósito limitado que não se integra ao SPB – Sistema de Pagamentos Brasileiro (segundo definição do BCB – Banco Central do Brasil), cujo produto principal é o crédito ao consumidor no varejo (financiamentos e empréstimos para pessoas físicas), disponibilizado através de plataforma eletrônica aos atuais e futuros clientes das Lojas Tanger e respaldado por recursos cuja origem é exclusivamente seu capital próprio.

A oferta poderá ocorrer pela própria Tanger Sociedade de Crédito Direto S.A. ou nascer nas Lojas Tanger e passar para a Tanger SCD via Aquisição de Crédito.

Como passo evolutivo, a empresa focará uma base de clientes completamente nova, atualmente sem acesso a crédito na rede bancária tradicional, através da disponibilização de financiamentos de nichos, como exemplos: pequenos produtores agrícolas, pecuaristas, profissionais liberais e estudantes das regiões do interior de São Paulo e Estados adjacentes primeiramente.

2. DESTAQUES OPERACIONAIS

Começamos o ano de 2020 quase prontos para o início das atividades, faltando apenas alguns detalhes em nosso software, foi quando veio a pandemia do novo Coronavírus e diante desse cenário, achamos melhor retardar nosso início.

O cenário 2020 mostrou-se bastante tumultuado devido à pandemia do COVID-19. Todas as projeções econômicas feitas no final de 2019 não contavam com o impacto generalizado do vírus. As medidas de isolamento social afetaram fortemente a oferta e a demanda por bens e serviços, desorganizando as relações de trabalho, de comércio e principalmente de crédito. No mercado de trabalho, a perspectiva era de forte aumento do desemprego.

Com o passar dos meses, fomos mitigando as incertezas trazidas pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), principalmente com entrada de recursos oriundos de programas sociais governamentais e finalmente em agosto iniciamos, com nosso primeiro produto, o Crédito Pessoal.

3. DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 destacamos o prejuízo apurado no valor de R$ 160.499,00, 49,36% menor que o prejuízo acumulado em 2019. Prejuízo decorreu da inoperância de suas atividades comerciais em pelo menos 7 meses de 2020. Se considerarmos apenas o segundo semestre, obtivemos um lucro acumulado no valor de R$ 113.783,00.

Constatou-se que as receitas apuradas no exercício são de rendas de aplicações financeiras e operações de créditos e as despesas são decorrentes de salários com funcionários e encargos sociais, bem como prestação de serviços de terceiros relativos a implantação e manutenção de sistemas.

4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020, o Patrimônio Líquido atingiu R$ 4.522.548,00 variação de -3,42% na comparação com o exercício de 2019, decréscimo em virtude do prejuízo acumulado.

5. GESTÃO DE RISCOS

A Tanger SCD estabelece seu apetite a risco, considerando suas aspirações e capacidade, além do impacto dos riscos residuais dos próprios negócios. Já às investidas cabe identificar, quantificar e tratar os riscos estratégicos, reputacionais, ambientais, sociais, regulatórios e financeiros, cuja relação probabilidade e impacto tem como premissa os modelos estabelecidos no apetite a riscos da empresa. A influência e o acompanhamento da atuação da empresa relacionada a riscos se dão no âmbito da governança corporativa, com discussões nas reuniões semanais pela diretoria, departamentos interno e acionistas, além de comitês junto a auditoria interna e grupos de trabalho de riscos para troca de experiência entre eles. A prática permite verificar se o nível de apetite individual de cada empresa está adequado, considerando seus mercados de atuação, posicionamentos e expectativas. Na análise do apetite a risco, são considerados dois aspectos: o qualitativo – que envolve definir as diversas categorias de riscos e avaliar a disposição de incorrer certo risco em relação ao retorno ou impacto estimado – e o quantitativo, considerando o risco máximo que a Tanger está disposta a apropriar-se no âmbito de sua capacidade global, desdobrado em uma classificação de níveis de tolerância, que acionam a governança conforme alçadas definidas.

6. RELATÓRIO DA OUVIDORIA - CANAIS DE ATENDIMENTO

No período realizamos campanhas, treinamento e aperfeiçoamento em conjunto de nosso TI em nosso software de controle de atendimentos ao S.A.C. – Serviço de Atendimento ao Consumidor, para que possamos mitigar erros e melhor atender as demandas futuras. Conforme nosso Relatórios de Ouvidoria não ocorreram ocorrências no ano de 2020

7. INDÍCIOS DE ILICITUDES

Nosso canal de comunicação divulgado em nosso site, bem como nas áreas da empresa, permite que o manifestante registre o indício de ilicitude sem precisar se identificar. No ano de 2020 não tivemos nenhuma comunicação de indício de ilicitude.

8. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

As mudanças climáticas, a redução da biodiversidade e as condições de vida nas cidades fazem parte do conjunto de problemas presentes – e ameaças para o futuro – que têm colocado a sustentabilidade socioambiental em destaque na pauta das grandes questões contemporâneas. Atento a esse cenário, a Tanger deflagrou um processo de fortalecimento de suas ações de reponsabilidade socioambiental para conferir institucionalidade e estruturação dos processos relacionados com a temática disposto em nossa Política de Responsabilidade Socioambiental.

Em 2020, nosso grupo investiu em 2 projetos:

A ***Orquestra Sinfônica Jovem de Lins***, com projetos culturais de musicalização aprovados pelo Ministério da Cultura que incluem tanto o agrupamento sinfônico quanto oficinas musicais oferecidas na sede da orquestra. O projeto proporciona oportunidades e incentivos aos jovens, da região de Lins, a desenvolverem suas potencialidades artísticas, através das aulas de música aplicadas nas Oficinas de Educação Musical.

E no ***Projeto Esgrima para Todos***, onde o projeto foi implantado nas Escolas Públicas do estado de São Paulo oferecendo aulas gratuitas de Esgrima. São 20 escolas pública das cidades de Lins, Promissão, Guaiçara e Cafelândia envolvendo mais de 200 crianças e jovens, entre 07 e 17 anos, que estão tendo acesso a este incrível esporte, com todo material disponível para garantir uma prática segura e com qualidade.

9. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A Tanger Sociedade de Crédito Direto S.A. contratou serviços prestados pela Approach Auditores Independentes para os serviços de auditoria externa e da LDG – Auditoria, Consultoria Contábil e Gestão Empresarial Ltda. para os serviços de auditoria interna, ambas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

10. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Tanger Sociedade de Crédito Direto S.A. declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

11. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas e parceiros pela confiança em nós depositada, e a cada um dos colaboradores que constroem diariamente a nossa história.

Lins/SP, 26 de março de 2021

_____

Marco Andrei Martins Domingues
Diretor Presidente

12. BALANÇO PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

EM REAIS

Ativo	Nota Explicativa	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2020	2019
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	**4**	305.721	1.756	Outras obrigações			
Títulos e valores mobiliários	**5**	3.082.178	4.702.157	Fiscais e Previdenciárias	**7.1**	18.833	10.347
Operações de crédito				Diversas	**7.2**	37.824	13.354
Operações de crédito	**6**	1.171.769					
(-) Provisão p/ crédito líq. duvidosa		(6.029)		Total do passivo circulante		56.658	23.701
Outros créditos		14.557					
Outros valores e bens		3.142	2.835	Patrimônio líquido			
				Capital social	**8**	5.000.000	5.000.000
Total do ativo circulante		4.571.340	4.706.748	Prejuízos acumulados	**9**	(477.452)	(316.953)
Não circulante				Total do patrimônio líquido		4.522.548	4.683.047
Permanente							
Intangível		7.866					
Total do ativo não circulante		7.866					
Total do ativo		4.579.206	4.706.748	Total do passivo e patrimônio líquido		4.579.206	4.706.748

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

13. DEMOSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

EM REAIS

	Nota Explicativa		2020	2019
		2° Semestre	exercício	exercício
Receita da intermediação financeira				
Operações de crédito	**10.1**	100.733	100.733	
Títulos e valores mobiliários	**10.2**	344.801	389.137	48.486
		445.535	489.870	48.486
Despesa de intermediação financeira				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(6.029)	(6.029)	
		(6.029)	(6.029)	
Resultado líquido da intermediação financeira		439.506	483.841	48.486
Outras receitas (despesas) operacionais				
Despesas administrativas		(305.006)	(621.211)	(363.184)
Outras despesas operacionais		(20.717)	(23.129)	(2.255)
		(325.723)	(644.340)	(365.439)
Resultado operacional		113.783	(160.499)	(316.953)
Resultado antes do impostos de renda e contribuição social e participação nos lucros		113.783	(160.499)	(316.953)
Prejuízos (lucro) líquidos - antes da reversão dos juros ao capital incluídos em outras despesas operacionais		**113.783**	**(160.499)**	**(316.953)**
Prejuízos (lucro) do semestre/exercícios		**113.783**	**(160.499)**	**(316.953)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

14. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EM REAIS

	2020		2019
	2° Semestre	exercício	exercício
Prejuízo (lucro) do exercício	113.783	(160.499)	(316.953)
Outros componentes do resultado abrangente			
Total do resultado abrangente do exercício	**113.783**	**(160.499)**	**(316.953)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

15. DEMOSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

EM REAIS

	Nota Explicativa	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019		5.000.000	(316.953)	4.683.047
Prejuízo (lucro) do exercício			(274.282)	(274.282)
Em 30 de junho de 2020		5.000.000	(591.235)	4.408.765
Prejuízo (lucro) do exercício			113.783	113.783
Em 31 de dezembro de 2020		5.000.000	(477.452)	4.522.548

16. DEMOSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

EM REAIS

	2020		2019
	2° Semestre	exercício	exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício	113.783	(160.499)	(316.953)
	113.783	**(160.499)**	**(316.953)**
(Aumento) diminuição em ativos operacionais			
Títulos e valores mobiliários	1.353.618	1.619.979	(4.702.157)
Operações de crédito	(1.165.741)	(1.165.741)	
Outros créditos	(14.557)	(14.557)	
Outros valores e bens	(2.197)	(307)	(2.835)
	171.123	439.374	(4.704.992)
Aumento (diminuição) em passivos operacionais			
Obrigações fiscais e previdenciárias	10.501	8.486	10.347
Outras obrigações	16.539	24.470	13.354
	27.040	32.957	23.701
Caixa líquido das atividades operacionais	**311.946**	**311.832**	**(4.998.244)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo intangível	(7.866)	(7.866)	
Caixa líquido das atividades de investimento	**(7.866)**	**(7.866)**	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Novas integralizações de capital			5.000.000
Caixa líquido das atividades de financiamento			**5.000.000**
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	**304.080**	**303.965**	**1.756**
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do período	**1.642**	**1.756**	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**305.721**	**305.721**	**1.756**
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	**304.080**	**303.965**	**1.756**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

17. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

EM REAIS

CONTEXTO OPERACIONAL

A TANGER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado cujo produto principal é o crédito ao consumidor do varejo pessoa física, fundada em 12/09/2019, tem sede e foro jurídico na Cidade de Lins, no Estado de SP, na Avenida Floriano Peixoto, número 1.777, sala 04, Jardim Ariano.

Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Resolução CMN n° 4.656/2018, que dispõe sobre a sociedade de crédito direto e a sociedade de empréstimos entre pessoas e disciplina a realização de operações de empréstimos e de financiamentos entre pessoas por meio de plataforma eletrônica, alterada pelo Resolução CMN n° 4.792/2020 e pela Resolução BCB n° 4.122, que disciplina os requisitos e procedimentos para a autorização de constituição e funcionamento, do Conselho Monetário Nacional, pela Lei nº 6.404/1976, que dispõe sobre sociedades por ações.

A TANGER SCD tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio;

(ii) Prestação de serviços de análise de crédito e cobrança, bem como atuação como representante na distribuição de seguros relacionados as operações mencionadas no item (i); e

(iii) Participação no capital de outras sociedades como sócio ou acionista, exceto instituições financeiras.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 17/03/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis. A Administração da Companhia monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular n° 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração do Resultado a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii)

divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Companhia:
Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.
A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.
A Companhia iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a companhia continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.
Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da companhia no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A TANGER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. junto aos seus diretores, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.
A Tanger SCD diante da pandemia de Coronavírus tomou algumas medidas para o seu enfrentamento em 2020. A principal foi o adiamento do início das vendas de seu único produto, que é o crédito pessoal, que no escopo inicial iniciaria em abril/2020 e só começou em agosto/2020 após o Ministério da Economia e o Banco Central anunciarem diversas medidas para movimentar a economia, mantê-la ativa e ajudar trabalhadores e empresários durante esse momento. Paralelo a isso, seguimos os devidos protocolos sanitários e da saúde.

DISPOSIÇÕES GERAIS DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, Resoluções do Conselho Monetário Nacional e Normativos do Banco Central do Brasil.

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso da receita bruta.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos à vista, sob aviso e a prazo

Os depósitos pós e pré-fixados estão atualizados até a data do balanço pelos índices contratados.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

l) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a sociedade tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Companhia tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos (se houver). Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido quando for o caso. Nesse caso o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Impostos correntes

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro real anual.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do período.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com os prazos inferiores a 360 dias são classificados no circulante e aqueles com prazos superiores, no não circulante.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

A rápida e repentina propagação da epidemia do Novo Corona Vírus (Covid-19) está causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial. Entre os diversos riscos e incertezas aos quais a sociedade está sujeita, aguarda-se do governo, medidas Econômicas Fiscais que visem assegurar o cumprimento e sequência de seus objetivos Sociais e Estatutários.

A diretoria considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão, não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações contábeis.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

EM REAIS

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

		2020	2019
Caixa e depósitos bancários	(a)	305.721	1.756
		305.721	**1.756**

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI à taxa de 100% do CDI. A aplicação automática refere-se à aplicação padrão do Santander (ContaMax), utilizada para movimentação e resgate financeiro.

Esses títulos possuem seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustado pelo valor de mercado, sendo este ajuste lançado em conta específica do resultado do exercício.

		2020		2019	
Instituição	**Tipo de aplicação**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
BANCO SANTANDER	APL. AUTOMÁTICA	486		3.952	
BANCO SANTANDER	RENDA FIXA	3.081.693		4.698.205	
Total		**3.082.178**		**4.702.157**	

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

EM REAIS

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

	2020			2019
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Total**
Empréstimos e direitos creditórios descontados	1.171.769		1.171.769	
Total de Operações de Crédito	**1.171.769**		**1.171.769**	
(-) Provisões para Operações de Crédito	(6.029)		(6.029)	
Total	**1.165.741**		**1.165.741**	

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal					
A	0,5%	Normal	1.148.782	1.148.781,75	(1.148.782)		
A	0,5%	Vencidas	3.095	3.095,07	(3.095)		
B	1,0%	Normal	15.090	15.090,24	(15.090)		
B	1,0%	Vencidas	1.281	1.281,11	(1.235)		
C	3,0%	Normal	3.105	3.105,01	(3.105)		
C	3,0%	Vencidas	416	415,84	(417)		
Total Normal			**1.166.977**	**1.166.977**	**(1.166.977)**		
Total Vencidos			**4.792**	**4.792**	**(4.747)**		
Total Geral			**1.171.769**	**1.171.769**	**(1.171.724)**		
Provisões			**(6.029)**	**(6.029)**			
Total Liquído			**1.165.741**	**1.165.741**			

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Resumo - Aging List			Valores
Atrasos	**Classificação**	**Provisão**	
Atraso zero	AA		1.167.531
0 a 14 dias de atraso	A	0,5%	2.724
15 a 30 dias de atraso	B	1,0%	1.019
31 a 60 dias de atraso	C	3,0%	449
Total			**1.171.769**

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

	2020	
Descrição	**Empréstimos/TD**	**% da Carteira**
Pessoa Física	1.171.769	100%

e) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	2020	2019
Saldo inicial		
Constituições	10.175	
Reversões	(4.147)	
TOTAL	**6.029**	

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	2020	% Carteira Total	2019	% Carteira Total
Maior Devedor	12.918	1,10%		
10 Maiores Devedores	68.516	5,85%		
50 Maiores Devedores	206.376	17,61%		

OUTRAS OBRIGAÇÕES

EM REAIS

	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fiscais e previdenciárias				
Impostos e contribuições a recolher	18.833		10.347	
	18.833		**10.347**	
Diversas				
Provisões para pagamentos a efetuar	11.134		1.066	
Credores diversos - país	26.691		12.288	
	37.824		**13.354**	
	56.658		**23.701**	

FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

EM REAIS

	2020		2019	
Impostos e contribuições a recolher	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
IRRF	352		973	
PIS/COFINS e CSL retido na fonte	1.301		3.505	
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	**1.653**		**4.478**	
IRRF	2.974		2.005	
INSS	8.604		2.756	
FGTS	2.240		341	
Impostos e contribuições sobre salários	**13.819**		**5.101**	
PIS/PASEP	469		107	
COFINS	2.886		660	
ISS	6			
Outros	**3.362**		**768**	
Total	**18.833**		**10.347**	

DIVERSAS

EM REAIS

	2020		2019	
Provisões de pagamentos a efetuar	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Férias / Abono s/ férias	8.259		791	
Previdência social	2.213		212	
FGTS	661		63	
Despesas de Pessoal	**11.134**		**1.066**	
Folha de pagamento	12.249		2.749	
Pró-labore	8.583		5.950	
Convênio Lojas Tanger	869			
Fornecedores	4.989		3.589	
Credores diversos - PAIS	**26.691**		**12.288**	
Total	**37.824**		**13.354**	

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM REAIS

a) CAPITAL SOCIAL

	2020	2019
Capital subscrito	5.000.000	5.000.000
Valor da ação (em reais)	10	10

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é composto por 500.000 (quinhentas mil) ações

ordinárias, nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão de R$ 10,00 cada, totalizando R$ 5.000.000,00 divididos como segue:

	Participações %	Ações	2020	Total
Ried Participações Ltda	75%	375.000	3.750.000	3.750.000
EDMMD Participações Ltda	25%	125.000	1.250.000	1.250.000
Em 31 de dezembro de 2020	100%	500.000	5.000.000	5.000.000

Conforme estatuto social, cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

PREJUÍZOS ACUMULADOS

EM REAIS

Foi apurado lucro findo 2° semestre do exercício de 2020. Em virtude de a companhia possuir prejuízos acumulados decorrente da inoperância de suas atividades comerciais, iniciado em agosto/2020, constatou-se que as receitas apuradas no exercício são de rendas de aplicações financeiras e operações de créditos e as despesas são decorrentes de salários com funcionários e encargos sociais, bem como prestação de serviços de terceiros relativos a implantação e manutenção de sistemas, resultando no prejuízo apurado acumulado do exercício.

	2020		2019	Prejuízo
	2° semestre	exercício	exercício	Acumulado
Prejuízos líquidos	113.783	(160.499)	(316.953)	(477.452)
Prejuízos do exercício	113.783	(160.499)	(316.953)	(477.452)

RECEITAS OPERACIONAIS

RECEITAS DE OPERAÇOES DE CRÉDITO

EM REAIS

	2020		2019
	2° semestre	exercício	exercício
Rendas de empréstimos	99.711	99.711	
Juros de mora de empréstimos	1.022	1.022	
	100.733	100.733	

RECEITAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E APLICAÇÕES

EM REAIS

	2020		2019
	2° semestre	exercício	exercício
Rendas de títulos de renda fixa	283.639	283.639	281
Aplicações em fundos de investimento	61.162	105.488	48.205
	344.801	389.127	48.486

DESPESAS OPERACIONAIS

EM REAIS

	2020		2019
	2° semestre	exercício	exercício
Despesas Administrativas			
Ordenados e salários	(115.117)	(217.175)	(14.139)
Honorários Diretoria	(45.248)	(86.864)	(13.872)
Serviços de Terceiros	(142.236)	(312.289)	(333.978)
Materiais de escritório	(2.133)	(4.611)	(1.196)
Despesas Administrativas	(304.735)	(620.939)	(363.184)
Outras despesas operacionais			
Despesas tributárias	(20.717)	(23.129)	(2.255)
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais			
Amortização intangível	(271)	(271)	
Provisões para operações de crédito	(6.029)	(6.029)	
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	(6.300)	(6.300)	
Despesas Operacionais	(331.752)	(650.369)	(365.439)

RELATÓRIO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO CENTRALIZADO DE RISCOS E DE CAPITAL DO SISTEMA DE SOCIEDADE DE CRÉDITO DO BRASIL (TANGER) ANO 2020

APRESENTAÇÃO

I. Aprimorando a harmonização, a integração e a racionalização de processos, e baseado no princípio de organização sistêmica, a Tanger utiliza estruturas centralizadas de gerenciamento de capital e dos riscos operacional, de mercado, de liquidez e de crédito.

II. A alocação racionalizada de recursos, a definição de responsabilidades e de processos integrados e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos e de capital conferem mais transparência, eficácia e tempestividade às atividades da entidade.

III. Na Tanger, as estruturas centralizadas de gerenciamento de riscos e de capital são compatíveis com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos da entidade.

IV. A implantação das estruturas centralizadas não desonera a entidade da Tanger de suas responsabilidades pela gestão de riscos e de capital, na forma da regulamentação aplicável.

V. O Conselho de Administração ou, na sua inexistência, a Diretoria da entidade, é responsável pelas informações divulgadas neste relatório.

RISCO OPERACIONAL

a) As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política de Gestão Integrada de Riscos que foi aprovada por dois membros da Diretoria Executiva da Tanger Sociedade de Crédito Direto S.A. em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017.

b) O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

c) As boas práticas envoltas aos riscos operacionais do negócio encontram-se em fase de desenvolvimento pela companhia para implementação de atividades como avaliação, gerenciamento e monitoramentos dos riscos previstos em Matriz de Riscos e Controles, capacitação de todos os empregados e prestadores de serviços relevantes, infraestrutura de TI que assegura integridade e segurança, critérios de decisão quanto a terceirização e seleção de seus prestadores.

d) A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA), sendo dispensadas deste cálculo as companhias enquadradas no Regime Prudencial Simples (RPS).

RISCO DE MERCADO E DE LIQUIDEZ

a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções BCB 4.557/2017.

b) No gerenciamento do risco de mercado estão previstos inicialmente dois eventos que podem vir a ser identificados pela companhia que demandará ações: a) variação das taxas de juros e de preços de ações para os instrumentos classificados na carteira de negociação e b) variação cambial e dos preços de mercadoria (*commodities*) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

c) No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar, mensurar e controlar a exposição e/ou mitigação ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de *stress* e planos de contingência.

d) Conforme o artigo 25° da Resolução CMN nº 4.557/2017 (Risco de Mercado) e o art. 37° da Resolução CMN nº 4.557/2017 (Riscos de Liquidez), a companhia ainda não aderiu à estrutura pois estes temas estão em fase de desenvolvimento.

e) A alocação de capital é dispensada para as companhias enquadradas no Regime Prudencial Simples (RPS).

RISCO DE CRÉDITO

a) O gerenciamento de risco de crédito da companhia objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

b) Conforme Resolução BACEN nº 4.512/2016, a companhia aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito para constituição de provisão para cobertura das perdas associadas aos desembolsos vinculados as garantias

financeiras prestadas sob qualquer forma, de acordo com modelos e práticas reconhecidas em face do risco de crédito.

c) As práticas pertinentes a definição de critérios e procedimentos para o efetivo gerenciamento de risco de crédito compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos/serviços oferecidos e proporcionalidade da dimensão da exposição ao risco de crédito da companhia se encontra em fase de desenvolvimento.

d) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para a Tanger, além do monitoramento das carteiras de crédito da companhia.

GERENCIAMENTO DE CAPITAL

a) A estrutura de gerenciamento de capital objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 4.557/2017.

b) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento e controle com objetivo de:

i. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as companhias estão sujeitas;
ii. Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da companhia;
iii. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

c) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital da companhia Tanger Sociedade de Crédito Direto S.A.

d) As boas práticas em conformidade com a forma instruída na Resolução CMN 4.557/2017 estão em fase de desenvolvimento pela companhia.

_____
Marco Andrei Martins Domingues
Diretor-Presidente

_____
Orual Alves Garcia
Contador – CRC 094694/O-4

* * *

Tanger Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e relatório dos auditores independentes

Approach Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores e conselheiros fiscais da
TANGER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
Lins - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tanger Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Em atenção a nota explicativa nº 2.2 às Demonstrações Contábeis, ratifica-se que o Covid-19 apresenta potencial impacto futuro como evento subsequente, ora não requerendo ajustes, em atendimento a NBC-TA 560 (R1). Pronunciamento 24 do CPC do Comitê de Pronunciamento Contábil. Nossa opinião não contém ressalva, pois não foi requerido ajuste nas Demonstrações ora auditadas.

17 de março de 2021

Tanger Sociedade de Crédito Direto S.A.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individual e condensada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de acordo com o Pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas, e Resolução CMN 4720/2019, aplicáveis as companhias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a companhia pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Presidente Prudente, 17 de março de 2021.

Approach Auditores
Approach Auditores
Independentes S/S
CRC 2SP023119/O-0

Leandro Antonio Marini Pires
Sócio
Contador CRC 1SP185232/O-3